

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Richard Ives José dos Reis

FÉ BAHÁ'Í: OS PRECEITOS SOCIAIS E A CONJUNTURA ATUAL BRASILEIRA

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Humberto Araújo Quaglio de Souza

Juiz de Fora
2023

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **RICHARD IVES JOSÉ DOS REIS**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201672231A declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **FÉ BAHÁ'Í: OS PRECEITOS SOCIAIS E A CONJUNTURA ATUAL BRASILEIRA**, desenvolvido durante o período de 17/03/2023 a 14/07/2023 sob a orientação de Humberto Araújo Quaglio de Souza, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de 2023.

RICHARD IVES JOSÉ DOS REIS

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

FÉ BAHÁ'Í: OS PRECEITOS SOCIAIS E A CONJUNTURA ATUAL BRASILEIRA

Richard Ives José dos Reis¹

RESUMO

A religião Bahá'í foi criada na Pérsia no século XIX, local atualmente conhecido como Irã. Os seguidores dessa vertente foram e são perseguidos e reprimidos, a exemplo do que ocorre de um modo geral às ditas minorias. Ainda assim expandiu-se por diversos países, incluindo o Brasil e tal qual em todos os acontecimentos sociais, a Fé Bahá'í sofreu impactos conforme a historicidade de cada comunidade na qual se desenvolvia. Considerando as diretrizes e princípios sociais preconizados na referida religião, questiona-se como os mesmos se relacionam com aspectos de ordem social e cultural da atual sociedade brasileira, principalmente no que tange a questões que envolvem movimentos sociais e minorias. O objetivo principal é abordar os desafios apresentados à aplicabilidade dos preceitos do bahaísmo, questões sobre a intolerância religiosa e os projetos desenvolvidos pela comunidade no Brasil. Para tanto, o caminho metodológico perpassa por consulta e análise bibliográfica sobre os diferentes pontos apresentados, assim como levantamento de informações e estatísticas constantes em sites específicos. Com isso, espera-se constatar que a comunidade enfrenta desafios para a materialização de forma ampla na sociedade brasileira das práticas sociais adotadas, uma vez que suas preconizações são opostas à muitas características sociopolíticas no atual cenário.

PALAVRAS-CHAVE: Religião Bahá'í. Princípios sociais. Sociedade brasileira.

1. INTRODUÇÃO

O estudo apresentado tem a finalidade de abordar o bahaísmo por uma perspectiva crítico-histórica, de modo a apresentar o contexto de sua criação, as características principais da religião, a criação da comunidade Bahá'í brasileira e possíveis desafios enfrentados para a aplicabilidade dos preceitos em um cenário que por vezes pode ser demasiadamente hostil não somente àqueles que pertencem às minorias, como também aos que defendem sua integração social e proteção. Conforme estudo realizado por Dias (2015), o Bahá'í possui em média 7 milhões de membros no mundo, dos quais 65 mil estão no Brasil. Pelo aspecto de abrangência geográfica, a religião perde apenas para o cristianismo. Participam dela mais de 2110 diferentes grupos étnicos espalhados em todos os continentes e os ensinamentos já foram traduzidos em mais de 804 línguas. Trata-se de uma revisão bibliográfica que fomentará a investigação e análise sócio histórica de pontos referentes ao bahaísmo, desde sua criação no atual Irã. Para compor o alicerce da busca dos objetivos, também se fez necessária uma breve descrição de características da atual sociedade brasileira em seus diferentes âmbitos que possam interferir na manifestação da religião Bahá'í.

A justificativa para a realização da pesquisa está pautada na importância de dar visibilidade a diferentes vertentes e manifestações religiosas, ampliando o debate acerca das diversidades existentes e fomentando a interdisciplinaridade como ferramenta para analisar a sociedade. Ao elencar as prerrogativas da religião abordada no presente estudo, tem-se como hipóteses que o contexto brasileiro apresenta aspectos políticos, econômicos e sociais que vão de encontro ao Bahá'í, dificultando seu estabelecimento e a manutenção dos objetivos e projetos desenvolvidos.

Para alcançar os objetivos e assim negar ou validar as hipóteses levantadas, o estudo foi dividido de forma a traçar uma linha histórica que vai desde a criação do bahaísmo até análise da sociedade brasileira. Inicialmente, tem-se breve descrição da origem das religiões como um todo por meio de um viés cultural antropológico. Em seguida, já adentrando na seara do bahaísmo, será descrita a origem da Fé Bahá'í na Pérsia, os princípios adotados, o contexto no qual estava inserida e a reação da sociedade da época e os primeiros ensaios de difusão da religião para outros países, dentre eles o Brasil. Com isso, a comunidade Bahá'í aqui instalada é identificada e descrita, assim como os principais projetos sociais desenvolvidos.

Posteriormente, o cenário nacional atual é abarcado, buscando fomento para análise à luz do

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Humberto Araújo Quaglio de Souza.

materialismo histórico dialético nos âmbitos político, econômico e social com intuito de embasar a relação entre o que a religião orienta e os desafios e paradoxos enfrentados para materializá-la.

2. AS RELIGIÕES E A FÉ BAHÁ'Í

Durante a evolução da espécie humana muitas foram as formas por ela encontradas para atender as necessidades cotidianas, seja a nível material, subjetivo, ou ambos concomitantemente. Os ambientes hostis exigiam estratégias e instrumentos cada vez mais sofisticados para garantir a sobrevivência do indivíduo e do grupo. A sobrevivência implica no afastamento, ainda que temporário da morte e esta é uma certeza da vida humana que sempre intimidou diversas sociedades. Muitos são os questionamentos relativos à própria existência que permanecem sem uma resposta concreta.

Nessa perspectiva, as religiões surgem como mecanismo para suprir a lacuna existente pela falta de concretude nas mais diversas respostas às indagações sobre o viver, o existir e o cotidiano. Por meio das religiões as sociedades difundem valores morais e éticos, a cultura e também justifica a necessidade e importância de se seguir os dogmas estabelecidos como forma de se ter uma vida para depois da morte plena e livre de intempéries.

A inexistência, a morte, pode significar para os vivos, também em termos simbólicos, a perda dos espaços, a inexistência de possibilidade de preenchimentos. Só no contexto das religiões este paradigma é superado, por meio da crença em outras possibilidades de vida para além da morte. Esta crença lança aos seres humanos novas dimensões de preenchimentos, novas possibilidades do ser e de sua ocupação dos espaços (SCHLÖGL, 2013, p. 178).

É notório, contudo, que no planeta sempre coabitaram diversas sociedades, e essa pluralidade também é verificada quando se analisa aspectos culturais, sociais e políticos, uma vez que os valores são desenvolvidos e manifestados de formas distintas. Nota-se dessa forma que o pensamento religioso molda o conhecimento que se articula à realidade social, corroborando com Schlögl (2013). “A condição humana é cheia de ignorância, dor e injustiça, e os símbolos religiosos são um meio para encarar essa condição de forma positiva” (ASAD, 2010, p. 273).

Dentro das comunidades e entre elas sempre existiram relações de poder expressas, seja com o objetivo de expandir territórios ou de promover a hegemonia de ideias, relações essas que atingiram também o campo das religiosidades, onde cada qual objetivava estabelecer os dogmas sobre outros povos, promovendo as perseguições e várias formas de barbáries, em nome de um Deus ou vários. “O estudo antropológico da religião é, portanto, uma operação em dois estágios: no primeiro, uma análise do sistema de significados incorporado nos símbolos que formam a religião *propriamente dita* e, no segundo o relacionamento desses sistemas aos processos sócio estruturais e psicológicos” (Geertz, 1989, p. 91). Como resultados desses eventos observa-se a fuga de comunidades inteiras de seu território natal, o extermínio de milhares de indivíduos, a supressão de direitos, dentre vários outros exemplos.

Na contramão do viés bélico e conflituoso nasce na Pérsia, atual Irã, a Fé Bahá'í. A montanhosa República Islâmica do Irã está localizada na Ásia Ocidental e é o 18º maior país do mundo e o 17º mais populoso com estimativa maior que 77 milhões. País de maioria Xiita, foi cenário do surgimento de uma religião considerada nova, criada no século XIX, mais precisamente em 23 de maio de 1844: a religião Bahá'í. Surgiu em um contexto onde questionar o Islamismo representava prisão, perseguição, represálias, marginalização e até pena de morte. O fundador do bahaísmo Bahá'u'lláh defendia a ideia de uma sociedade sem hierarquização, com direitos iguais, justiça social e respeito pela diversidade em todos os seus âmbitos, o que era contrário ao dogma estabelecido na sociedade daquela época.

Siyd 'Ali Muhammad, comerciante iraniano, nascido em 1819, se autoproclamou como o Prometido do Islã e assumindo o título de Báb, que significa O Portal, anunciou, em 23 de maio de 1844, a iminente chegada de um novo profeta enviado de Deus. Durante

seu ministério – 6 anos – Báb enviou discípulos por toda a Pérsia para proclamarem sua revelação. Em 1850, Báb, sob a acusação de ter praticado heresia, foi assassinado com 750 tiros. Apesar de toda a perseguição realizada pelo clero e pelo governo persa, os discípulos de Báb conseguiram espalhar seus ensinamentos pela Pérsia e por países próximos (DIAS, 2015, p. 168).

Para os Bahá'ís existe apenas um Deus e a fé de cada época é reafirmada pela chegada de um profeta, sendo seus valores mutáveis conforme as necessidades e características das populações. “Segundo a literatura pertinente a esta religião, “Bahá'í” significa “seguidor da glória”. Portanto, o Bahá'í é todo aquele que não apenas aceitou e reconheceu Bahá'u'lláh como mensageiro de Deus, mas que baseia sua conduta diária nos princípios deixados por ele, ou seja, na doutrina Bahá'í” (PAIVA, 2008, p. 16).

Mirzá Husayn-'Alí, membro da nobreza iraniana, abandonou sua família e tornou-se um dos primeiros seguidores de Báb. Assim como Báb, Mirzá também foi perseguido e preso. Em 1852, durante seu primeiro aprisionamento, em Teerã, Mirzá recebeu a revelação de ser o profeta anunciado por Báb e adotou o nome Bahá'u'lláh (Glória de Deus). Entre idas e vindas da prisão, Bahá'u'lláh, que viveu 75 anos, passou 40 anos preso e foi na prisão que escreveu a maioria dos seus ensinamentos que abrangem os mais diversos temas – igualdade racial, de gênero, educação, política, natureza, ética e desarmamento entre outros. Em 1863, no local atualmente conhecido como Jardim de Ridván, Bahá'u'lláh revelou ser o profeta enviado por Deus (DIAS, 2015, p. 169).

Assim como ocorreu com seguidores de outros preceitos religiosos, os Bahá'ís foram vítimas das mais diversas e intensas represálias e ainda hoje em muitos lugares do Irã são considerados até mesmo impuros e impedidos de tocar em alimentos e frequentar escolas. Para Marinho (2021) ao conjunto de agressões proferidas a crenças e práticas religiosas diferentes, envolvendo ofensas, desmoralização de divindades e símbolos, destruição de templos, perseguição e morte dá-se o nome de intolerância religiosa.

Heresia não é algo que se situa no plano da verdade, como oposição a ela. A heresia se situa no plano do poder. Ortodoxos são os fortes, aqueles que têm o poder para dizer a última palavra. Por isso, eles se definem como portadores da verdade e aos seus adversários como portadores da mentira. A heresia é a voz dos fracos. Do ponto de vista dos fariseus e escribas, Jesus também foi herege. E, como as escrituras sistematicamente se situam ao lado dos fracos contra os fortes, é melhor dar mais atenção às heresias do que às ortodoxias (ALVES, 2004, p. 56).

Muitos adeptos precisaram fugir do Irã e dessa forma teve início a difusão da Fé Bahá'í para outros países, incluindo o Brasil. No país a referida religião foi apresentada por Leonora Armstrong, residente de Juiz de Fora por 18 anos e no ano de 2019 somava aproximadamente 65 mil fiéis. Ela nasceu nos Estados Unidos na data de 23 de junho de 1985. Desembarcou no Rio de Janeiro em 1921, mais precisamente no dia 1º, quando tinha 25 anos de idade. Desde então, dedicou-se à missão de propagar a Fé Bahá'í em todo o Brasil.

Para compor a pesquisa os objetos de interesse são os preceitos sociais do bahaísmo. Os Bahá'ís pautam suas atitudes e cotidiano na busca e efetivação da igualdade racial, igualdade entre homens e mulheres, extinção de preconceitos e discriminação, eliminação de extrema pobreza e extrema riqueza, educação e trabalho digno como mecanismo de justiça social e emancipação dos indivíduos.

Na Comunidade Bahá'í não existe autoridade individual. Todas as decisões são tomadas por meio de corpos administrativos eleitos que constituem o conselho administrativo internacional bahá'í intitulado Casa Universal da Justiça, localizado no Centro Mundial Bahá'í em Haifa, Israel. As estratégias de participação na

sociedade são definidas a partir da comunicação entre esta organização e as Assembleias Espirituais Nacionais (DIAS, 2015, p. 168).

Partindo da definição de que “[...] a pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 155), entende-se que para alcançar o objetivo de conhecer determinado fato da sociedade são necessários métodos, que representam os instrumentos ou os caminhos a serem percorridos durante a realização do estudo.

Sob essa ótica, a pesquisa desenvolvida, por possuir caráter qualitativo e tipificada como exploratória (pois ensinou-se através dela conhecer uma realidade acerca de uma esfera da Fé Bahá’í praticada no Brasil e das possíveis dificuldades para concretização dos preceitos voltados para o social), foi realizada através de forma documental e bibliográfica, onde estudos e materiais em geral previamente publicados foram consultados para obter as informações que compõem as respostas para os problemas de pesquisa.

Nas possibilidades de materiais abrangidos pela pesquisa documental e bibliográfica, foram consultados livros, artigos, teses e revistas que discorrem sobre as temáticas de religião e religiosidades, das intolerâncias e das características do cenário nacional nas esferas política, econômica e privada encontrados em websites, bibliotecas (virtuais e físicas) e revistas especializadas das Ciências Humanas.

Para verificar a aplicabilidade dos objetivos de ordem social estabelecidos no bahaísmo é imprescindível discorrer sobre aspectos da sociedade atual que podem influenciar e impactar o exercício religioso. As relações sociais e todos os seus desdobramentos estão sujeitos à dinâmica intensa do cotidiano que é intimamente influenciada pelo sistema econômico e político vivenciados. A economia nacional está pautada no capitalismo e para este existir as mazelas por ele acarretadas também assim o faz, e são denominadas expressões da questão social.

Isso quer dizer que a pobreza, a riqueza, as desigualdades, as injustiças, as defasagens educacionais e tantas outras coisas combatidas pelos Bahá’ís não existem ao acaso. Existe um sistema que as criam e as alimentam e por isso a importância em analisar a sociedade e seus fenômenos com base no materialismo histórico dialético, proposto por Marx. Pela perspectiva dialética é possível entender os acontecimentos de forma a não culpabilizar a população ou entendê-los como eventos aleatórios, sem qualquer interferência sistêmica.

3. BRASIL: BREVE PANORAMA HISTÓRICO E PROJETOS BAHÁ’ÍS DESENVOLVIDOS.

O Brasil é um país de contrastes econômicos e socioculturais com incompletudes sociais herdadas de seu passado colonial de exploração, passou por séculos de escravidão e ao longo dos últimos 200 anos não conseguiu corrigir a sua trajetória.

Uma das características marcantes da sociedade brasileira é a desigualdade social um elo que se une a história dessa nação e cria um cenário notório, onde o contraste entre duas formas de desenvolvimento social e exploratória, caracterizada por uma grande colônia de exploração escravocrata, formada para atender aos interesses mercantis de Portugal. Esse processo alimenta uma sociedade plural, retratada em obras como Casa-grande e senzala, com aspectos únicos como o da “cordialidade” apresentados por Sérgio Buarque, que forma os níveis de organização social.

A Independência do Brasil em 1822 marca um momento transitório, mas no âmbito social o recém formado país não consegue responder a um novo modelo de estruturação da sociedade baseada nos parâmetros de outras nações e a escravidão e os vários projetos entram em um processo de disputas internas. No fim as classes dominantes elegeram como prioridade a manutenção dos latifúndios e da classe escravista. Esse modelo se caracteriza por uma alta concentração de riqueza nacional e a permanência da escravidão.

Em 1888, o fim da escravidão marca uma mudança significativa. A construção de uma nova nação republicana com a proclamação e a adoção de uma constituição nos levava crer que finalmente estávamos entrando em uma nova era de uma sociedade moderna, mas os novos ideais se apresentavam somente na Constituição, no dia a dia e nas rotinas diárias eram negadas com total veemência e a integração dessa nova parcela da população que saia de seus cativeiros esbarrava nas aplicações legais criadas pela classe dominante. Ser um cidadão implicava em não ser mendigo e nem analfabeto segundo a Constituição. A

população em sua quase totalidade era formada por analfabetos, a constituição não garantia e nem cogitava à época uma educação pública de qualidade por direito, o próprio estado negando a ideia de reversão social.

As novas estruturas de integração inserem ao mercado uma mão de obra trabalhadora “assalariada” e de certa forma livre, mas com divisões internas desiguais onde mecanismos como o racismo são usados como instrumento de acesso a determinados grupos e negando a outros grupos o acesso a melhores condições de trabalho. Aos negros as condições de acessar melhores oportunidades estavam completamente limitadas, com contextos de certa forma até cientificamente defendidas pelo intelectuais da época criando novos mecanismos de exploração e subjugo dos negros.

Mesmo com todos esses problemas o Brasil passa por um período relativamente novo de urbanização e industrialização onde as classes sociais recém formadas passam a ocupar seu espaço através de muitas lutas. O mundo passa por um novo período de transição e a disseminação de todas as coisas decorrentes da segunda revolução industrial e o Brasil por sua vez quer se inserir nesse novo contexto mundial e se integrar a esse novo sistema econômico. Aos poucos o país vai se inserindo nessa modernidade e transformando o cenário nacional, mas tudo isso para uma parcela pequena e seleta que não representa a totalidade da população brasileira, a um Brasil muito moderno mas ao mesmo tempo socialmente muito arcaico e preso ao seu passado, um problema que de certa forma e com peculiaridades específicas atinge várias nações no globo nesse período que vai até o fim da primeira guerra mundial.

A crença do mercado como um regulador da sociedade, ou seja, onde as relações e interações se alinhavam pelo próprio sistema, impunha condições precárias à sociedade em sua parcela mais significativa. Esse período perde força ao final da segunda guerra mundial e se inicia principalmente na Europa e nos Estados Unidos uma nova Era onde as desigualdades sociais e os direitos civis passam a ter um peso maior nas políticas desses países. Os projetos de modernidade e ascensão social do Brasil estavam enraizados na crença de uma industrialização que absorveria a massas da população e reduziria gradativamente a desigualdade no país. O problema é que em 1964 esse projeto que até então caminhava relativamente bem aos contextos da época é brechado pelo então período militar, uma era de estagnação, redução salarial, corte dos direitos civis e um controle populacional.

Ao final da década de 80 com o processo de redemocratização a chamada Constituição Cidadã abarca os preceitos para a proteção social. Esses preceitos advieram de muitas lutas da população e com o agravamento das desigualdades causadas pelo sistema econômico vigente, o Estado sentiu-se pressionado para intervir e “apaziguar” as tensões entre a população e os detentores dos meios de produção, causadas pela dinâmica natural do capitalismo e acarretando na acentuação da chamada questão social, definida por Yamamoto como “disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal” (IAMAMOTO, 2001, p. 17). A respeito das consequências desse sistema, Netto assevera que:

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. (NETTO, 2001, p. 45).

Atualmente, não só o Brasil mas diversos países experienciam as mudanças nas dinâmicas do mercado de trabalho, que sob a égide da prerrogativa neoliberal demanda a minimização da atuação do Estado frente ao mundo globalizado. Com isso, menos recursos são investidos nas políticas públicas, que visam garantir os mínimos necessários para provimentos de sobrevivência, agravando as desigualdades e aumentando os índices de pobreza e fome, por exemplo. No âmbito do trabalho, o que se observa é a intensa precarização das condições dos trabalhadores diante do avanço predatório na busca por lucratividade cada vez maior. Dessa forma tem-se a difusão dos contratos intermitentes, jornadas exaustivas, terceirização em massa, redução dos investimentos em segurança do trabalho, dentre outros.

Nestas três últimas décadas, o universo do trabalho sofreu transformações imensas, com a adoção de posturas empresariais que afrontam substancialmente os princípios do Direito do Trabalho e, sobretudo, os direitos humanos, provocando, por meio de uma estratégia ideológica avassaladora, o dismantelamento das instituições de proteção das conquistas sociais. Esses novos métodos provocaram demissões em massa, achatamento salarial, degradação das condições de trabalho, entre outras mazelas (MOREIRA, 2007, p. 178).

Por meio da realidade descrita, é notório que os Bahá'ís possuem no Brasil grande demanda para difundir e aplicar seus programas e ações e simultaneamente essa mesma realidade mostra-se desafiadora. Conforme dados do último censo realizado pelo IBGE, o Brasil possui cerca de 203 milhões de habitantes. A heterogeneidade territorial brasileira também é expressa na pluralidade das características de sua população. Essa pluralidade decorre das diferenças regionais, microrregionais, econômicas, culturais, étnicas, etárias, de gênero, dentre outras. Porém, até mesmo em detrimento do sistema econômico adotado, as diferenças se acentuam-se e alimentam uma desigualdade e discrepância de acessos a bens e serviços e oportunidades em geral.

Nesse cenário, os ensinamentos de Bahá'u'lláh se fazem importantes, uma vez que preconizam o agregamento das pessoas independentemente das religiões e credos, as tratativas igualitárias entre os gêneros, a abolição de quaisquer formas de preconceito e discriminação, a educação, a eliminação tanto da extrema pobreza quanto da extrema riqueza e a justiça social. “O objetivo fundamental que anima a Fé de Deus e Sua Religião é proteger os interesses da humanidade e promover a unidade, e nutrir o espírito de amor e amizade entre os homens” (ESSLEMONT, 2001, p. 114). Trata-se de um terreno fértil e extenso para a atuação dos Bahá'ís, que sempre pelo viés da tolerância, promovem projetos e programas em prol dos objetivos da religião.

O núcleo da ideia de tolerância é o reconhecimento do igual direito a conviver, que é reconhecido a doutrinas opostas, bem como o reconhecimento, por parte de quem se considera depositário da verdade, do direito ao erro, pelo menos do direito ao erro de boa-fé. A exigência da tolerância nasce no momento em que se toma consciência da irredutibilidade das opiniões e da necessidade de encontrar um *modus vivendi* (uma regra puramente formal, uma regra do jogo), que permita que todas as opiniões se expressem. (BOBBIO, 2004, p. 89).

Um dos eixos centrais do bahaísmo é a busca pela justiça social, definida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como “o meio pelo qual todo trabalhador ou trabalhadora pode reivindicar livremente e com base na igualdade de oportunidades sua justa parte da riqueza que ajudou a gerar” (TST, 2019). O objetivo é que as sociedades promovam igualdade nas possibilidades de aquisições materiais por diferentes tipos de pessoas. Para reforçar a importância da busca pela justiça social, determinou-se que esta seria comemorada mundialmente em 20 de fevereiro.

Declarada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2007 e comemorada anualmente desde 2009, a data reafirma o compromisso com um trabalho produtivo e decente para todos como objetivo central de políticas nacionais e internacionais, incluindo estratégias para redução da pobreza, além de reconhecer que a justiça social é indispensável para o alcance e a manutenção da paz e da segurança dentro e entre nações. A data busca eliminar barreiras sociais entre os diferentes grupos e relembra a necessidade de iniciativas para o combate da pobreza, a exclusão, do preconceito, do desemprego e de diversos outros estigmas que colaboram para a segregação social (TST, 2019).

Analisando alguns dados referentes ao Brasil, é possível verificar a emergência em efetivar a justiça social. Conforme pesquisa desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados de 2012 a 2019 mostram que neste último ano, 6,5% da população estava em situação de extrema pobreza. Conforme o índice Gini do Brasil, responsável por apontar graus de concentração de renda, o classificou como nono país mais desigual do mundo, de acordo com o Banco Mundial. “A taxa de desocupação foi de 11,7%, e a proporção dos desocupados há pelo menos dois anos subiu para 27,5% em 2019. Quatro em cada 10 trabalhadores ocupados estavam na informalidade (41,6%, o equivalente a 39,3 milhões de pessoas)” (TST, 2019).

Logo, as ações, projetos e programas desenvolvidos pela comunidade bahá'í incidem principalmente nesses focos abrangidos pelas estatísticas supracitadas e podem variar de nível de complexidade e organização a depender de características do local aonde estão sendo desenvolvidos. De acordo com os ensinamentos da religião, a atuação sempre focará na melhora de um ou mais aspectos da vida social e econômica de uma população, ainda que de forma modesta.

Segundo Bahá'u'lláh, os representantes do povo devem agir com ética e sempre em prol dos interesses da população que os designou como seu representante. Seguindo este ensinamento, a Comunidade Bahá'í, apesar de não se envolver em partido políticos, acompanha e participa ativamente das decisões políticas, principalmente as relacionadas às questões sociais, ambientais, culturais e de desenvolvimento econômico. A Comunidade Internacional Bahá'í possui representação na Organização das Nações Unidas – ONU, no Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF e no Conselho Econômico e Social Nacional – ECOSOC (DIAS, 2015, p. 168).

Conforme informações constantes em um dos websites oficiais da religião, os projetos sociais estão concentrados especialmente no campo da educação em diferentes cantos do país. Entre os projetos de maior complexidade estão a Escola do Futuro (Manaus-AM), a Escola das Nações (Brasília-DF) e a Associação Monte Carmelo (Porto Feliz-SP). Em Paiva (2008), aponta-se que no bahaísmo a educação garante ao homem sociedade harmoniosa por meio de desenvolvimento contínuo. No entanto, as ações bahá'ís podem estar focadas em outras áreas, como por exemplo saúde, saneamento, proteção ambiental, dentre outros, mas sempre com ênfase na melhoria da vida da população local. O bahaísmo preconiza a educação porque veem nela a própria existência social e creem que a ignorância e inacessibilidade a mecanismos educacionais de qualidade representam a pior das formas de opressão. A educação é, nessa perspectiva, a principal ferramenta emancipadora. Sendo assim, a ignorância representa

[...] os muitos muros de preconceito que permanecem como barreiras para a compreensão da unicidade do gênero humano, simultaneamente a meta e o princípio operacional da Revelação de Bahá'u'lláh. O acesso ao conhecimento é direito de cada ser humano, e a participação em sua geração, aplicação e difusão, uma responsabilidade que todos devem ombrear no grande empreendimento de construir uma próspera civilização mundial – cada indivíduo de acordo com seus talentos e habilidades (COMUNIDADE BAHÁ'Í DO BRASIL, 2023).

Tendo a educação como um dos alicerces para a construção de uma verdadeira emancipação material, social e construção da unicidade abarcando as diversidades, os bahá'ís defendem a ciência como expressão dos avanços educacionais assim como o advento de novas tecnologias, que impulsionam a difusão dos preceitos sociais abarcados pela jovem religião. Por essa ótica “a religião deve caminhar de mãos dadas com a ciência e a razão, tendo em vista que tanto o conhecimento como a fé são funções do espírito. A ciência é o conhecimento do mundo físico; a religião é a receita para a vida, ambas representando esforços, na busca da verdade, não devendo haver conflitos entre elas” (BAHÁ'Í, 1985, p. 10).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em tudo o que foi apresentado no estudo, pode-se dizer que os objetivos a priori estabelecidos foram alcançados. Ainda que de forma concisa, tendo em vista a própria natureza do formato da pesquisa, foram descritas as características da religião, a perseguição que a população Bahá'í sofreu em decorrência da intolerância religiosa, a expansão de adeptos em outros países. Também foi mostrado que os preceitos adotados pelo bahaísmo vão de encontro ao que o cenário brasileiro atual apresenta, e para além disso, surgiu um paradoxo pois ao mesmo tempo em que diversos setores da sociedade brasileira mostram-se contrários à justiça social e ao respeito pela diversidade, temos nesse mesmo país a expansão da luta por direitos iguais e sociedade justa e igualitária por parte das minorias.

A história humana traz as marcas da intolerância pela religião, a política, a regra estatal, entre outros. Salienta que a tolerância não é um dado inato na natureza humana, mas uma luta, uma conquista. A melhor arma contra intolerância é sempre o espírito de reforma, a decisão de arcar com os problemas para tentar resolvê-los. E substancial proteger a riqueza e a diversidade das sociedades humanas (RIBEIRO, 2017, p. 24).

Durante os levantamentos bibliográficos para a construção da pesquisa não foram encontradas informações estatísticas atualizadas e esmiuçadas no que concerne ao tamanho da população adepta da religião no Brasil, dos projetos sociais por ela desenvolvidos e casos de intolerância religiosa sofrida. Com isso pode-se perceber a possibilidade de realização de estudos de outras naturezas que venham a fornecer um retrato mais fiel dessa população.

Foi mostrado na pesquisa que a justiça social, um dos principais objetivos do bahaísmo possui importância tão relevante que a ela foi atribuído um dia de comemoração em âmbito mundial para reforçar as prerrogativas que estão dentro desse conceito. Entretanto, se no cotidiano em geral ela é esquecida e até mesmo destruída, na atmosfera Bahá'í a justiça social é vivenciada e almejada em cada projeto, ação ou programa, por mais simples que pareçam ser. Foi possível constatar também que as adversidades sociais fomentadas principalmente pela natureza do sistema econômico vigente podem representar barreiras e dificultar a comunidade Bahá'í no que tange à materialização dos objetivos descritos por Bahá'u'lláh.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. Dogmatismo e tolerância. São Paulo: Loyola, 2004.

ASAD, Talal. A construção da religião como uma categoria antropológica. **Cadernos de campo**, São Paulo, ed. 19, p. 263-284, 2010.

BAHÁ'Í. *A mensagem bahá'í: Fatos básicos*. Rio de Janeiro: Editora Bahá'í do Brasil, 1985.

BOBBIO, N. **Era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CENSO 2022. **IBGE**, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

DIAS, Maria Cristina de Oliveira. Novas tecnologias x novas religiões: comunidade Bahá'í caminhando de mãos dadas com a ciência pela transformação social e unidade entre os povos. **Revista Ensaios**, Rio de Janeiro, v. 8, 2015.

ESSLEMONT, J. E. **Bahá'u'lláh e a Nova Era: uma introdução à Fé Bahá'í**. Mogi Mirim: Bahá'í, 2001.

FREIRE, Caio Ponce L. R.; BARBOSA, Lucas. Em nome de Deus: a atuação do líder supremo do Irã no fim da guerra Irã-Iraque. **RICRI**, Paraíba, v. 7, ed. 13, 2020.

GEERTZ, Cli/ord. A religião como sistema cultural. In: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, [1973] 1989.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. In: TEMPORALIS: revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. Brasília: ABEPSS, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINHO, Paula Márcia de Castro. **Intolerância religiosa, racismo epistêmico, disputa de mercado e violência no Brasil**: uma análise pelos registros da imprensa goiana. Orientador: Prof. Dr. Luiz Mello de Almeida Neto. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/12030>. Acesso em: 2 jul. 2023.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da "questão social". In: TEMPORALIS: revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. Brasília: ABEPSS, 2001.

PAIVA, Cirlei Izabel da Silva. **A ação social dos Bahá'ís no Brasil**. Orientador: Prof^a. Doutora Maria Helena Villas Boas Concone. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3914/1/Cirlei%20Izabel%20da%20Silva%20Paiva.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2023.

PROMOVENDO A AÇÃO SOCIAL. **Bahá'í.org**, 2023. Disponível em: <https://bahai.org.br/promovendo-a-acao-social/>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

RIBEIRO, Wesley dos Santos. **Intolerância religiosa e violência, frente às práticas religiosas no Brasil, no século XXI**. Orientador: Prof. Dr. Clóvis Ecco. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/3656>. Acesso em: 2 jul. 2023.

SCHLÖGL, Emerli. Espacialidades femininas do agrupamento Bahá'í "Gralha azul": um estudo das representações simbólicas. **RA'E GA**: o espaço geográfico em análise, Curitiba, p. 176-203, 2013.

SOUSA, Rodrigo Franklin. Símbolos religiosos, signos e ideologia: contribuições do círculo Bakhtiniano para o estudo da religião. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 15, n. 26, p. 277-298, 2014.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Justiça do Trabalho. **A Justiça do Trabalho como Justiça Social**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/justica-social>. Acesso em: 2 jul. 2023.